

**A INCLUSÃO DO ÍNDIO NO FAZER CIENTÍFICO
DE QUE INCLUSÃO ESTAMOS FALANDO?**

Januacele da Costa (PPGLL/UFAL)

Fábia Fulni-ô (UFAL/Sertão)

Para discutirmos o tema inclusão do índio no fazer científico, ensaiamos definir ciência, fazendo, a princípio, uma distinção radical entre o que é e o que, certamente, não é fazer científico, ou seja, colocando, por um lado, o trabalho que é feito pelo físico ou pelo biólogo molecular e, por outro, jogar futebol. Nessa analogia, sabemos que os primeiros fazeres são ciência e que o segundo fazer, claramente, não é ciência. Entre esses dois casos extremos, existem outros que são áreas nebulosas, como é o caso da Antropologia, por exemplo.

A inclusão do índio no fazer científico é uma ideia muito recente, o que nos leva a questionar se essa inclusão é real, eficiente e eficaz, para concluirmos que nem tudo, apesar do reconhecimento do índio como cidadão a partir da constituição de 1988, que lhes trouxe conjuntamente "o direito de cultivar seus hábitos, valores e o acesso à tecnologia e às outras culturas". (KOEPEPE, BORGES E LAHM, 2014). Aqui citamos Bessa Freire (2002, p. 9): "As ciências indígenas também foram tratadas de forma preconceituosa pela sociedade brasileira. Os conhecimentos indígenas foram desprezados e ridicularizados, como se fossem a negação da ciência e da objetividade". Endossamos a afirmação e abrimos uma discussão sobre o apagamento do saber indígena por parte da comunidade científica por não ser esse saber considerado ciência.

Observamos que a educação indígena intercultural, bilíngue, específica e diferenciada que foi prometida aos povos indígenas por meio de leis, decretos, portarias, documentos elaborados e emitidos por todas as instâncias educacionais do Brasil, não tem funcionado com o mínimo da eficiência e da eficácia necessárias. Por isso, a Universidade, que deveria receber o estudante indígena e incluí-lo no fazer científico ocidental, sobretudo na pós-graduação, o tem recusado porque esse estudante não detém o conhecimento que é dado pela Universidade e que ele, na sua comunidade isolada nos interiores do País, não teve a oportunidade de receber.

Assim, na área de Linguística, neste momento em que se discute no mundo todo a necessidade urgente de se estudar as línguas indígenas, neste momento em que todas as

línguas indígenas brasileiras estão ameaçadas de extinção, há muito poucos estudantes indígenas fazendo pesquisa em nível de mestrado e doutorado. Como bem observou um indígena recém egresso de um mestrado, no qual estudou a sua própria língua, deveria haver essa troca: o saber indígena, no caso específico o conhecimento da língua como nativo, pelo saber acadêmico científico. Não é o que acontece. Enquanto o linguista pode ir a campo coletar dados de uma língua que ele não conhece, munido apenas do seu conhecimento acadêmico, o índio, que fala a língua e entende, profundamente, a sua cultura, a sua história, não pode ser incluído no fazer científico ocidental porque a educação básica que lhe foi oferecida não o preparou para as exigências do ingresso.

Em 2001, 10 estudantes indígenas haviam sido beneficiados pelo programa da Fundação Ford. Nove das bolsas até então concedidas foram para os cursos de mestrado e apenas uma para o curso de doutorado. Maria Pankararu foi a bolsista de Doutorado, curso que ela concluiu em 2006, com uma tese sobre a língua Ofayé, uma língua em risco de extinção iminente. O trágico dessa história é que Maria Pankararu tem sido saudada e reconhecida como a primeira pessoa indígena a obter um título de doutor no Brasil. E isso é trágico porque estamos falando de uma população de milhões de indivíduos e de numerosas etnias que foram esquecidas no tempo e nos espaços da vida brasileira. Estamos em 2018 e temos avançado muito pouco, de modo quase insignificativo, conforme mostram os números que levantamos. Esses números não são exaustivos porque nada ainda foi sistematizado sobre o tema e porque aqui estamos fazendo menção apenas à área de Linguística. Então, contamos 17 mestrados e 7 doutorados concluídos mais 8 mestrados e 1 doutorado em andamento. Quando a referência é feita ao número de indivíduos, sabemos que este é ainda menor porque todos os doutores aqui citados são os mesmos que elaboraram uma dissertação de mestrado.

Apesar de todo o pessimismo, assumimos que, embora seja ainda uma inclusão muito precária e longe do ideal, o trabalho de linguistas (e antropólogos) indígenas na universidade é muito importante. Eles são a voz das populações indígenas do Brasil caladas por quatro séculos. Mas a sua inclusão no fazer científico não é e não será, a curto prazo, uma tarefa fácil. Sobretudo porque a academia, consciente do valor do saber ocidental, do fazer científico de base europeia, não admite que um determinado tipo de conhecimento que foge a essas bases – no caso específico, o conhecimento nativo de uma língua – tem um valor inestimável. E não quer admitir que a academia precisa dele para validar suas teorias.

Referências

BESSA FREIRE, José Ribamar. *Cinco idéias equivocadas sobre os índios*.

KOEPPE, Cleise Helen Botelho; BORGES, Regina Maria Rabello e LAHM, Regis Alexandre. O ensino de ciências como ferramenta pedagógica de reconstrução das representações escolares sobre os povos indígenas. *Revista Ensaio*, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 115-130, jan-abr, 2014).